



LUCIANA MÜLLER  
lmuller@j.com.br

**Aeropostos**

A Artesp publicou no Diário Oficial a habilitação do Consórcio Voa São Paulo para administrar e operar cinco aeroportos estaduais paulistas com perfis para aviação executiva e táxi-aéreo, incluindo Jundiaí. O aeroporto de nossa cidade irá receber R\$ 10 milhões de investimentos nos primeiros quatro anos. (A.G.)

**Cartão Reforma**

O deputado federal Miguel Haddad (PSDB-SP) comemorou a aprovação, nesta semana, pela Câmara dos Deputados, em Brasília, o Cartão Reforma. O benefício segue para o Senado, onde será discutido e votado até 19 de abril. "É uma medida inteligente, sem burocracia, que vai beneficiar mais de 100 mil famílias que ganham até R\$ 2,8 mil. São pessoas necessitadas de pequenas intervenções para melhorar suas casas."

**Contribuição**

Após a apresentação dos dados e solução das dúvidas dos vereadores com relação à situação do Hospital São Vicente de Paulo, na manhã de ontem, Valdeci Vilar (PTB), sugeriu a iniciativa de se criar uma campanha para que a população 'abraçe' o hospital e faça doações em dinheiro para ajudar no custeio. "Não podemos deixar a conta apenas para a prefeitura. Somos contribuintes, claro, mas temos que pensar que também somos cidadãos. E o que estamos fazendo como cidadãos?", questionou.

**Audiência**

A Câmara Municipal de Itupeva começa um novo projeto: Câmara Debate, no qual temas relevantes para a sociedade serão abordados. O primeiro encontro será realizado nesta terça-feira, dia 4 de abril, às 20 horas, logo após a sessão. O tema da noite será a Reforma da Previdência e será abordado pelo presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Eduardo Pereira, especialista no assunto. O espaço está aberto para a participação popular.

**Louveira**

Por autorização do presidente da Câmara de Louveira, Marquinho do Leite, a polêmica sessão para votação do aumento de 1% no salário dos servidores municipais, mudou das 10h desta quinta-feira (30) para as 19h30. Marquinho dos Santos atendeu as reivindicações de funcionários e da população que querem participar da sessão. O reajuste anterior era de 6,4%.

**Temer e a reforma**

O presidente da República, Michel Temer, alertou, nesta quarta-feira (29), para uma possível paralisação do Brasil no caso de a reforma da Previdência não ser aprovada pelo Congresso Nacional. Sem mudanças no atual sistema, o País, em 2024, terá recursos apenas para pagar servidores públicos e os aposentados e pensionistas.

**PROTOCOLO**

Vereadores visitaram superintendência do Hospital São Vicente de Paulo para identificar necessidades

**Comissão de Saúde propõe lei da transparência na rede**

LUCIANA MÜLLER  
lmuller@j.com.br

Os vereadores que formam a Comissão de Saúde, Assistência Social e Previdência (Cosap) da Câmara de Jundiaí estiveram reunidos com a superintendência do Hospital São Vicente de Paulo, na manhã de ontem. Lá, grupo questionou os administradores sobre a situação do hospital, que tem dívida tributária a vencer nos próximos meses no valor de R\$ 6 milhões, e pode interferir na filantropia da instituição. O grupo também aproveitou para anunciar projeto de lei pedindo a transparência nos procedimentos de saúde.

Segundo o presidente da Cosap, Valdeci Vilar (PTB), a reunião foi solicitada para que os vereadores pudessem tirar dúvidas. "Saber a real situação do hospital, dívida, contratos, gastos e também as demissões anunciadas nos últimos dias é importante. Fiquei feliz em saber que existe empenho em solucionar as pendências", explicou, ao final do encontro.

Os vereadores que participaram do encontro - Arnaldo da Farmácia (PDT), Cícero da Saúde (PROS), Rafael Antonucci (PSDB) e Wagner Ligabó (PPS) integrantes da comissão, além de Cristiano Lopes (PSD) e Gustavo Marti-



REUNIÃO Comissão de Saúde conversou com diretoria do hospital São Vicente de Paulo, na manhã de ontem; dúvidas

nelli (PSDB) - ouviram explicações sobre realização de cirurgias eletivas, convênio com atendimento oftalmológico, distribuição de medicamentos de alto custo, dívidas e auditoria. Gustavo Martinelli questionou sobre a contratação de auditoria interna e a existência de 'supersalários'. "Estamos em vias de contratar uma auditoria, da USP, para levantar as informações e processos. Tudo será divul-

gado. Com relação aos supersalários, as pessoas recebem conforme sua capacidade. Não há indicações políticas no hospital", detalhou o gestor de Saúde Wagner Vilela. Outro apontamento feito, desta vez pelo vereador Arnaldo, foi em relação à possibilidade de retorno do convênio oftalmológico com o Instituto Luiz Braille. A diretoria do hospital não descartou a possibilidade, contudo, afirmou que neste

momento o HDO é o convênio vigente e que supre a demanda de atendimento.

**Dívida**

"O São Vicente precisa pagar, até abril, R\$ 500 mil em impostos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Ao todo, essas dívidas em tributos, que interferem na emissão da Certidão Negativa de Débito (CND), somam R\$ 6 milhões. Caso os impostos não sejam pa-

gods, podemos perder a filantropia, que nada mais é que uma contrapartida pela isenção de determinados tributos", explica Denilson Cardoso de Sá, representante dos Vicentinos.

O superintendente do São Vicente, Matheus Siqueira Gomes, reforçou os custos e os ajustes que estão sendo feitos na tentativa de dirimir a situação. "Todo mês faltam R\$ 4 milhões para fechar o orçamento. A prefeitura conseguiu R\$ 2 milhões do Estado. Estamos fazendo ajustes para essa conta fechar" comentou.

**Transparência**

Valdeci aproveitou o encontro entre os vereadores da Cosap para assinar o projeto de lei de transparência dos atendimentos em saúde, realizados pelo município. "O projeto é da comissão. Em vez de ficarmos pedindo relatórios, a divulgação por site e pela Imprensa Oficial, seria a forma mais simples para a fiscalização dos serviços realizados", comentou. A proposta resguarda os usuários, para que os nomes não sejam divulgados. Em seu lugar, o número de registro na rede e demais informações do atendimento, como procedimento, nome do médico e local onde foi realizado seriam apresentados.

**PALANQUE**

**"Golpista é quem rouba o povo", diz Doria em evento**



RESPOSTA O prefeito de SP rejeita grito de apoio à Dilma, durante entrega de casas

"Vai procurar a sua turma lá em Curitiba." Foi assim que o prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), respondeu a um rapaz que interrompeu seu discurso para exaltar a ex-presidente Dilma Rousseff durante cerimônia de entrega de casas populares na zona sul da capital, na manhã desta quarta (29).

Doria dizia que estava entregando as chaves das casas novas às mulheres das famílias contempladas. "A força da mulher ninguém segura", afirmou. Em seguida, foi interrompido por um rapaz que gritou: "Força da Dilma para fazer as casas."

O prefeito reagiu de imediato e de maneira exaltada. "Olha aqui, vou aproveitar para dizer para você, que veio aqui tentar estragar a festa dessas famílias, que elas não estão de acordo com você", iniciou, com dedo em riste. "Golpista é quem rouba dinheiro público, golpista é quem rouba o povo", continuou Doria.

"Vai embora procurar sua turma. Vai procurar sua turma lá em Curitiba", gritou o prefeito. Ele, em seguida, disse que o povo "sabe quem é honesto e é decente" e encerrou pedindo uma "salva de palmas para o Brasil".

Doria rebateu o apoiador de Dilma de cima do palanque, observado por seu padrinho político, o governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP), que não esconde sua pretensão de disputar a Presidência em 2018. (FP)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**Jorge Picciani é alvo de condução coercitiva, no Rio**

O presidente da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio), Jorge Picciani (PMDB), foi alvo de condução coercitiva na operação O Quinto do Ouro, deflagrada na manhã desta quarta (29) pela Polícia Federal no Rio e solto três horas depois.

Cinco dos sete conselheiros do TCE (Tribunal de Contas do Estado) são alvos de prisão temporária: Aloysio Neves, Domingos Brazão, José Gomes Graciosa, Marco Antônio Alencar e José Maurício Nolasco.

A força-tarefa desta quinta não está no âmbito da Lava Jato. É um desdobramento da operação Descontrole, deflagrada em de-

zembro de 2016, que investiga crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva praticados pelos membros do TCE.

Na ocasião, o então presidente do Tribunal de Contas, Jonas Lopes, foi levado coercitivamente para depor. Seu depoimento à força-tarefa, em acordo de delação premiada, é a base dos mandados deflagrados nesta manhã.

Picciani teria sido citado em acordo de delação em negociação do ex-presidente do TCE Jonas Lopes, mas seu conteúdo é desconhecido.

A Quinto do Ouro investiga pagamentos de vantagens indevidas por meio

de desvios de contratos com órgãos públicos. Os conselheiros do TCE são suspeitos de receber propina como contrapartida para favorecer a análise de contratos sob fiscalização do órgão.

Também está sob investigação a um "fundo especial" do Tribunal para pagar contratos do ramo alimentício atrasados com o Executivo do Estado. A suspeita é que servidores receberiam uma porcentagem por cada contrato faturado.

O nome da operação é uma referência ao quinto da Coroa, imposto de 20% que Portugal cobrava dos mineradores no período colonial.

No total, a força-tarefa cumpre 43 mandados, incluindo os de busca e apreensão e de bloqueio de bens. Todos determinados pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). Além do Rio, a operação acontece em Duque de Caxias e em São João do Meriti. A Polícia Federal ainda não divulgou a relação de Jorge Picciani com os casos apurados na manhã desta quarta (29).

Em outubro do ano passado, uma delatora da Operação Lava Jato citou o nome do presidente da Assembleia e de sua empresa, a Agrobilara - um dos sócios é o ministro do esporte Leonardo Picciani,

seu filho. Picciani foi supostamente citado na delação de Tania Fontenelle, ex-executiva da Carioca Engenharia, como publicou o jornal "O Estado de S. Paulo". Ela teria acusado a empresa do deputado de vender cabeças de gado superfaturadas para ocultar propinas em obras do Estado.

Segundo Fontenelle, as empresas ficariam com o preço referente ao serviço de fato prestado e com uma "comissão" de 25% a 30% do valor do contrato.

A Operação Descontrole, quer mira o TCE, é um desmembramento dos trabalhos da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. (FP)